

ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

**CAPÍTULO I
Seção I
DA CONSTITUIÇÃO**

Artigo 1º - O SINPREV - Sindicato Nacional dos Participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, doravante designado simplesmente como SINPREV, é uma Entidade Sindical Especial constituído nos termos:

I Do Decreto Lei 5452 de 1943 (CLT – Consolidação das Leis do Trabalho), TÍTULO V, DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL, CAPÍTULO I, DA INSTITUIÇÃO SINDICAL, SEÇÃO I, DA ASSOCIAÇÃO EM SINDICATO, que no Artigo 511 descreve:

“É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas”.

II Da Constituição Federal de 1988, Artigo 8º, “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

Inciso I: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”;

Inciso VII: “o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais”;

III Da Lei 10.406 de 2002, que Instituiu o Código Civil, CAPÍTULO II, DAS ASSOCIAÇÕES, que no Artigo 53 descreve:

“Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

IV Da portaria 984 de 2008 do Ministério do Trabalho e Emprego que no Artigo 1º descreve:

“Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Cadastro de Entidades Sindicais Especiais (CESE), para fins de inscrição das entidades sindicais que não representam categorias profissionais ou econômicas, mas que representam os grupos mencionados no inciso VII (...) do artigo 8º da Constituição Federal” (grifo nosso).

**Seção II
DA REPRESENTAÇÃO**

Artigo 2º - A representação sindical que se propõe a promover a organização e representação dos Participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, doravante mencionadas simplesmente como EFPC, que são



ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

organizações sem fins lucrativos criadas por entes denominados patrocinadores¹ ou instituidores², conforme incisos I e II do Artigo 31 da Lei Complementar 109/2001.

Artigo 3º - O SINPREV se constitui para fins de defesa e representação legal dos interesses difusos coletivos ou individuais dos Participantes das EFPC em todo o território nacional abrangendo:

- Todos os Participantes aposentados com contrato ativo com uma EFPC que já estejam em gozo de benefício do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, por serem celetistas, ou, de órgãos públicos por serem estatutários;
- Todos os Participantes de EFPC que ainda não estão em gozo de benefícios, mas que mantêm contrato ativo com uma EFPC;
- Todos os Participantes autopatrocinados ou que mantêm contrato ativo com uma EFPC sob qualquer forma de contrato ativo com EFPC; e, sob qualquer forma de contrato ou similares e outras formas afins de vínculo com as EFPC na condição de Participante.

Seção III DA FUNDAMENTAÇÃO E COMPROMISSOS

Artigo 4º - O SINPREV é uma Entidade Sindical Especial constituída nos termos da Portaria 984/2008 do MTE, para uma classe especial – a dos Participantes das EFPC –, com atuação autônoma em relação ao Estado, Partidos Políticos e Credos Religiosos, cujos fundamentos e compromissos estão definidos neste Estatuto.

CAPÍTULO II DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

[Art. 53 e 54, I da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

Artigo 5º - A DENOMINAÇÃO. O SINPREV – Sindicato Nacional dos Participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar constitui-se como Entidade Sindical Especial nos termos da Portaria 984.2008 do MTE e adstrita ao Código Civil que a enquadra como associação. [Art. 53 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

§ 1º. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. [Art. 53, Parágrafo Único da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

§ 2º. O SINPREV é regido pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais.

§ 3º. A reforma total ou parcial e as alterações de disposições específicas deste Estatuto somente podem ser levadas a efeito por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para essa finalidade, adotada pelo voto de pelo menos 2/3

¹ Aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores (Inciso I do Art. 31 da LC 109/2001)

² Aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores (Inciso II do Art. 31 da LC 109/2001).



ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

(dois terços) dos Associados presentes em primeira convocação e de 1/3 (um terço) em segunda convocação.

Artigo 6º - A SEDE. A sede do SINPREV é na Rua Crisandália, 498, CEP 30.770/400, Bairro Caiçara, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Artigo 7º - OS FINS. Representar grupo das pessoas que já estão em gozo de aposentadoria³ pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (os aposentados), os participantes ativos⁴, os participantes assistidos⁵, os participantes beneficiários⁶ e os participantes autopatrocinados⁷ com contrato ativo com uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, os quais constituem base sindical em todo o território nacional, podendo votar e serem votados para o exercício de cargos de administração no SINPREV.

Artigo 8º - DURAÇÃO. O SINPREV terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO III
OS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS⁸ OU SINDICALIZADOS⁹**

[Art. 54, II da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

Artigo 9º - REQUISITOS PARA ADMISSÃO. Fazer parte da base sindical expresso no Art. 3º; ser sócio fundador, ser eleito para cargo na administração ou ter o nome aprovado pela Diretoria. Em todos os casos é requisito, estar sem impedimentos legais.

Artigo 10º - REQUISITO PARA DEMISSÃO. Por solicitação do sócio.

³ **Aposentadoria:** benefício concedido ao segurado por regime de previdência social e/ou pela previdência complementar, decorrente do cumprimento de exigências regulamentares.

⁴ **Participante Ativo:** pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma EFPC.

⁵ **Participante Assistido:** participante de Plano de Benefícios, ou seu beneficiário, em gozo de benefício de prestação continuada.

⁶ **Participante Beneficiário:** dependente do participante, ou pessoa por ele designada, inscrito no Plano de Benefícios nos termos do respectivo Regulamento, para fins de recebimento de benefícios por ele oferecidos.

⁷ **Participante Autopatrocinado:** participante que, após sofrer perda parcial ou total de remuneração no patrocinador, opte por manter sua contribuição anterior, assumindo adicionalmente a contribuição do patrocinador relativa à parcela reduzida, de modo a permitir a percepção futura de benefício nos níveis anteriormente praticados, observados os Regulamentos dos Planos de Benefícios.

⁸ **Associados:** não filiados que optaram em se tornar sócio do SINPREV.

⁹ **Sindicalizados:** filiados que optaram em se tornar sócio do SINPREV.





ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

Artigo 11º - REQUISITOS PARA EXCLUSÃO. Infração de disposições deste Estatuto ou de deliberações da Assembleia Geral; Falta de pagamento de mais de 3 (três) mensalidades consecutivas ou 5 (cinco) alternadas das contribuições associativas ou sindicais; Inobservância do Código de Condutas e Princípios Éticos para o Regime Fechado de Previdência Complementar; Passar a ter impedimentos legais.

Parágrafo único. Fica resguardado ao sócio recorrer à Assembleia Geral sobre a decisão da Diretoria ou poderá reingressar no **SINPREV**, desde que tenha sanado a falta que deu causa ao seu desligamento.

**CAPÍTULO IV
OS DIREITOS, DEVERES E CATEGORIA DOS ASSOCIADOS**

[Art. 54, III da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

Artigo 12º - OS DIREITOS. Participar das atividades do SINPREV; Tomar parte nas assembleias gerais com igual direito de voto; e Votar e ser votado para os cargos da Administração.

Artigo 13º - OS DEVERES. Respeitar e cumprir as decisões das assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade; Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais disposições internas; Zelar pelo nome do SINPREV; Participar das Assembleias Gerais.

Artigo 14º- CATEGORIAS DOS ASSOCIADOS. Sócio fundador: é o sócio que em até 180(cento e oitenta) dias da data da emissão do CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, que vierem a fazer parte de cargos na administração do SINPREV, Sócio honorário: sócios que tenham realizado relevantes contribuições para o fortalecimento do SINPREV e Sindicalizado: são os associados da base sindical, ou seja, filiado que optou em se tornar sócio do SINPREV.

§ 1º. - todos os associados possuem iguais direitos e deveres. [Art. 55 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

§ 2º. - A qualidade de associado é intransmissível. [Art. 56 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil].

§ 3º. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio do Sindicato, a transferência daquela não importará, *de per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do Estatuto.

Artigo 15º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste Estatuto. [Art. 57 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

§ 1º. É considerada justa causa à exclusão do sócio que descumprir seus deveres;

§ 2º - Procedimento para assegurar o direito de defesa e de recurso para exclusão de sócio



ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

- I O descumprimento dos deveres dos sócios deverá ser notificado a Diretoria por qualquer pessoa por escrito de forma anônima ou com os dados do denunciante;
- II Junto à denúncia deverá ser anexada (s) a (s) prova (s) material (ais) e a citação de testemunhas. Se o denunciante ou o denunciado for membro da Diretoria, ele não participará do processo de apuração da denúncia e nem da decisão em caso de exclusão do sócio, pois o mesmo está sujeito às mesmas punições que qualquer outro sócio.
- III Caberá a Diretoria acatar ou não a denúncia. Em caso de acatamento, a Diretoria explicará ao denunciante os motivos do não acatamento;
- IV Aceita a denúncia, o sócio será notificado sobre a ocorrência e será solicitado que apresente a sua versão dos fatos.
- V A Diretoria constitui uma comissão de três sócios para elaborar uma apuração administrativa no prazo de até vinte dias;
- VI O relator Presidente da comissão apresenta a Diretoria a conclusão dos trabalhos;
- VII Cabe a Diretoria arquivar o caso ou dar prosseguimento;
- VIII Em caso de prosseguimento, o sócio é notificado sobre os trabalhos da comissão e lhe é dado o direito de vistas do trabalho;
- IX O sócio denunciado terá dez dias corridos para apresentar sua defesa à Diretoria;
- X A Diretoria decidirá pelo arquivamento do processo administrativo ou pela exclusão do sócio;
- XI Fica resguardado ao sócio recorrer à Assembléia Geral sobre a decisão da Diretoria ou poderá reingressar no SINPREV, desde que tenha sanado a falta que deu causa ao seu desligamento.

Artigo 16º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no Estatuto. [Art. 58 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil].

Parágrafo único: Os associados não respondem solidariamente e subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

CAPÍTULO V
AS FONTES DE RECURSOS PARA SUA MANUTENÇÃO

[Art. 54, IV da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

Artigo 17º - AS FONTES DE RECURSOS. Mensalidades dos sócios; Contribuições legais; Receita de aplicação financeira; Receitas de convênios; Receitas de alugueis, e, Receitas de prestação de serviços como palestras e cursos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades do SINPREV.

Parágrafo único: O SINPREV não adota o princípio do voluntariado, ao contrário, todo trabalho será remunerado com a prestação de contas dos serviços realizados dentro dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para o pagamento do



ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

quadro de pessoal, inclusive a remuneração da Diretoria decidida em Assembléia Geral, aquisição de bens e serviços, mobiliário, custos e despesas de manutenção.

**CAPÍTULO VI
O MODO DE CONSTITUIÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS**

[Art. 54, V da Lei nº 10.406/02 – Código Civil - (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)]

Artigo 18º - MODO DE CONSTITUIÇÃO. Por reunião dos sócios fundadores em 16 de Março de 2016, na sua sede e com horário previamente marcado, foi aprovado a constituição do SINPREV e aprovado o presente Estatuto.

Artigo 19º - MODO DE FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO. A Assembléia Geral é o único órgão deliberativo e decidirá por 2/3 (dois terços) dos votos dos associados presentes em primeira convocação e por 1/3 (um terço) em segunda convocação.

**CAPÍTULO VII
AS CONDIÇÕES PARA A ALTERAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E PARA A DISSOLUÇÃO**

[Art. 54, VI da Lei nº 10.406/02 – Código Civil - (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)]

Artigo 20º - AS CONDIÇÕES PARA A ALTERAÇÃO. Este Estatuto poderá ser alterado por deliberação majoritária da Assembléia Geral, por meio de declaração em ata, de voto pessoal e intransferível de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados.

Artigo 21º - DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E PARA A DISSOLUÇÃO. O SINPREV se extinguirá por deliberação majoritária da Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, por meio de declaração em ata, de voto, pessoal e intransferível, com a presença de, no mínimo, 5/6 (cinco sextos) do total de seus membros.

Parágrafo único – Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere, devidamente inscrita no Ministério do Trabalho e Emprego ou a uma entidade de utilidade pública, a critério da Assembléia Geral.

**CAPÍTULO VIII
A FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONTAS**

[Art. 54, VII da Lei nº 10.406/02 – Código Civil] - (Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005)

Artigo 22º - A FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. O SINPREV será administrado pela Diretoria e suas decisões serão colegiadas por maioria simples





ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

dos quatro membros titulares ou pela totalidade dos três membros que estiverem no exercício das funções da Diretoria, sejam titulares ou o Vice-Presidente e/ou Diretor Suplente em exercício.

- Presidente
- Vice-Presidente
- Um Diretor Jurídico
- Um Diretor de Contabilidade
- Um Diretor Suplente

§ 1º. O Presidente representa a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

§ 2º. Na ausência do Presidente, o Vice-presidente o substitui e na ausência de um dos Diretores, o Diretor Suplente o substitui. As ausências são previamente agendadas.

§ 3º. Na vacância do cargo de Presidente, assume Vice-Presidente que o substitui até completar o mandato, ou, até o retorno do Presidente titular.

§ 4º. Na vacância de um dos Diretores, assume o Diretor Suplente que o substitui até completar o mandato, ou, até o retorno do Diretor titular.

§ 5º. Em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, de forma concomitante, assume o Diretor Jurídico e convoca novas eleições em até noventa dias.

§ 6º. Os casos não previstos neste Estatuto em caso de vacância, serão decididos em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Artigo 23º - Ao Presidente compete:

- Representar o SINPREV ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- Convocar e presidir as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- Juntamente com o Diretor de Administração, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária;
- Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

Artigo 24º - Ao Diretor Jurídico compete:

- Implementar e organizar o setor de negociação com as EFPC;
- Coordenar a elaboração de Assuntos Jurídicos e o plano de trabalho integrado desta Diretoria;
- Ter sob seu comando e responsabilidade o setor jurídico do SINPREV.



ESTATUTO DO SINPREV – SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR



Aprovado pelos sócios fundadores em 16 de Março de 2016

terço) dos presentes em segunda convocação. Este critério será aplicado também para a eleição dos administradores. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

Artigo 29º - A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á por e-mail, garantido que o sócio tenha recebido e confirmado o recebimento da convocação, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. [Art. 60 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil] (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

**CAPÍTULO X
DA DISSOLUÇÃO DO SINDICATO**

Artigo 30º - Dissolvido o Sindicato, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no § 3º do Artigo 10º.

Artigo 31º - Será destinado à entidade de fins não econômicos designada no Estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. [Art. 61 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil]

§ 1º Por cláusula do Estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do SINPREV.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que o SINPREV tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Belo Horizonte, 16 de Março de 2016

Robledo Pinto Coimbra
Presidente

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
TRIGINELLI
www.cartoriotrigineili.com.br
Av. Augusto de Lima, 385 - Tel.: (31) 3273-5744
Confere com o original. Dou fé.



Faber Genésio Campos Vieira
Advogado
OAB/MG: 108.719

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 722 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telêx: (31) 3224-3878

SINPREV - SINDICATO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
REGISTRADO(A) sob o nº 13/985 - Livro 1 - fl. 12/05/2016
Belo Horizonte, 12/05/2016

Emol: (6412-1) R\$ 84,15 TFJ: R\$ 30,00 Rec: R\$ 1,05 - Total: R\$ 115,20
(8101-3) R\$ 50,10 TFJ: R\$ 16,70 Rec: R\$ 3,00 - Total: R\$ 69,80

Assinatura:

Escriturante: () José Nairi - Oficial () Ana Paula Nairi - Escriturante Substituto
() Eloy Wesley Rodrigues Mendes () Andréa Stauchbauer Dias Da Silva () Edson Sávio Pinto De Carvalho

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 722 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telêx: (31) 3224-3878

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº AQL14769
CÓD. SEG.: 0402.4852.4866.4058

Quantidade de Atos Praticados: 00011
Emol: R\$ 142,30 TFJ: R\$ 47,03 Total: R\$ 189,33
Consultar a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Assinatura:

Escriturante: () Eloy Wesley Rodrigues Mendes () Andréa Stauchbauer Dias Da Silva () Edson Sávio Pinto De Carvalho